

Constituintes pedem

3^o OUT 1987

Arquivo — 17/8/87

BRASÍLIA — As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na Constituinte, totalizando 292 parlamentares — 52% do total — assinaram ontem uma nota de repúdio aos argumentos do secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, contra a reforma tributária e no mesmo texto solicitaram ao presidente José Sarney o afastamento do economista de suas funções no governo. Nóbrega expressou seu ponto de vista sobre a reforma proposta pelos constituintes em artigo publicado na última edição da revista *Veja*, sob o título *Reforma rumo ao desastre*.

O texto dos constituintes, construído em oito parágrafos repletos de considerações emocionais, foi enviado ao presidente Sarney às 12h, conforme informou o deputado Alberico Cordeiro (PFL-AL). Até o final da noite, os constituintes não tinham conhecimento de qualquer reação do Palácio do Planalto, enquanto a Assessoria de Imprensa do ministério da Fazenda se limitava a transmitir a decisão de Nóbrega de não comentar a nota.

Paraibano, Nóbrega é acusado no documento de ter "esquecido suas origens", ao investir "contra as populações mais pobres. A reforma tributária proposta pelos constituintes privilegia as regiões mais pobres com 70% dos recursos dos fundos de participação de estados e municípios que, por sua vez, ampliaram sua faixa na partilha do bolo tributário do Imposto e Renda e do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados — de 33% para 47%.

O secretário-geral afirma, em seu artigo, que o porte das transferências previstas significa "o golpe de misericórdia" na capacidade financeira da União e identifica uma série de distorções na análise dos constituintes que julgam privilegiar os estados mais pobres com o modelo proposto. Nóbrega acredita que o IPI acabará estrangulado pelo crescimento das alíquotas do ICM que serão definidas pelos estados.

O IPI enfraquecido, na lógica do economista, esvazia o Fundo de Participação, prejudicando os estados pobres. Como agravante, estes não poderiam mais recorrer à União, que



Nóbrega agora não quer falar

estaria debilitada financeiramente, até mesmo para investir nas áreas tradicionais de infraestrutura.

A nota dos parlamentares classifica os argumentos do secretário de "falsos e inconsistentes" e os credita à "má vontade que impera em alguns círculos do governo contra as populações que representamos". Junto à moção de repúdio, as bancadas aliadas divulgaram um texto analítico assinado pelos deputados Benito Gama (PFL-BA) e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que identifica um paralelismo das críticas antidistributivistas os vários momentos em que se buscou uma mudança no sistema de transferência. O argumento de que a União está fadada à falência é uma constante. "No entanto, a reforma temida nunca veio e a União quebrou assim mesmo", lembra Benito Gama.

O texto dos dois constituintes argumenta que a prestação de serviço público é sempre mais bem-feita pela instância administrativa mais próxima da comunidade.

demissão de Mailson Nóbrega